

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2016

Aos 13 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta e sete minutos, no salão da Casa do Povo da freguesia da Feteira, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges ■ António Toledo Alves ■ Carlos Manuel Pereira Martins ■ David Gabriel Cabral dos Reis ■ Emanuel Rocha Garcia ■ Hélio Manuel Melo Vieira ■ Isabel Maria Diniz Berbereia ■ João Carlos Castro Tavares ■ João Luís Sanchez dos Santos ■ João Manuel Ribeiro de Freitas ■ João Manuel Teixeira Salvador ■ José Eduardo Vieira Pimentel ■ José Fraga Ferreira Machado ■ Marco Paulo Vieira Alves ■ Maria Luísa da Cunha Ribeiro ■ Manuel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba ■ Paulo Jorge Pimentel da Silva ■ Ricardo Manuel Rodrigues de Barros ■ Rogério Paulo Nogueira e Sousa ■ Rui Manuel Pacheco Lopes ■ Salvador da Rocha Lopes ■ Tânia Gil da Rocha ■ Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo de cidadãos das Cinco Ribeiras:

Henrique Ferreira dos Santos.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva ■ Elsa Maria Costa Silva Costa ■ Francisco José Lopes Câmara ■ Honorato Bettencourt Lourenço ■ Luís Miguel Forjaz Rendeiro ■ Manuel Conde Bettencourt ■ Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa ■ Pedro Miguel Cardoso Fraga ■ Rita Olaio de Mendonça Andrade ■ Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Maria da Graça Amaral da Silveira ■ Mário José Correia da Silva ■ Michele Soveta Aguiar ■ Pedro Miguel Borba Ferreira.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel ■ António Lima Cardoso Ventura ■ Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias ■ Guido de Luna da Silva Teles ■ José Gaspar Rosa de Lima ■ Raquel Gomes Caetano Ferreira.

A ata da sessão de 22 de abril de 2016 foi posta à discussão:

Sr. d. m. Vasco Capaz: – Bom dia a todos. Como responsável pela elaboração das atas, devo fazer uma ligeira correção à intervenção do senhor professor Manuel Conde que, na sessão anterior, após consulta ao registo gravado, efetivamente referiu a palavra «demérito». Na revisão do texto transcrito, por erro, não foi feita a retificação, já que eu próprio também estava convencido de que o termo desmérito não existia. Não obstante a dúvida, fui confirmar e, para informação dos senhores deputados, se o professor Manuel Conde tivesse referido «desmérito» não teria cometido qualquer atropelo à língua portuguesa, uma vez que a palavra existe de facto na nossa língua, está no dicionário e significa o mesmo que «demérito».

Não se registaram mais intervenções. A ata da sessão de 22 de abril de 2016 foi aprovada com 27 votos a favor e 3 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o à disposição dos senhores deputados e dando conta dos seguintes pontos:

- Da Câmara Municipal do Funchal: «*Em referência ao ofício da Câmara Municipal de Angra sobre o processo de geminação entre as cidades do Funchal e de Angra do Heroísmo, informo V. Exa. que, na reunião da Assembleia Municipal do Funchal do dia 11 de abril do corrente ano, foi aprovado por unanimidade o acordo de geminação entre as cidades do Funchal e de Angra do Heroísmo.*»
- Deliberação da Câmara Municipal N° 164/2016 de 4/4/2016 sobre a atribuição de um Voto de Congratulação aos Marítimos de S. Mateus Sport Club pela vitória do campeonato da ilha Terceira da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.
- Congresso Nacional sobre direitos dos consumidores a realizar a 16 de junho no auditório da União das Associações do Comércio e Serviços na rua Castilho n° 14 em Lisboa.
- Relatório final da Inspeção Regional da Administração Pública referente ao processo de inspeção ordinária aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.
- Da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, um Voto de Protesto sobre a quebra de consenso da defesa dos Açores para minimização dos impactos económicos e sociais da redução dos efetivos na base das Lajes.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram quaisquer intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhoras e senhores deputados municipais.

Transitou em julgado uma decisão judicial relativa à cobrança de IMI em centros históricos classificados pela UNESCO. A sentença foi proferida pelo Tribunal Administrativo do Sul que deu razão a cinco proprietários do Porto residentes numa zona classificada pela UNESCO, considerando ilegais as liquidações de IMI que as finanças lhes impuseram.

Gostaria de conhecer as consequências desta decisão, também importante para os moradores do envelhecido e despovoado centro histórico da cidade de Angra do Heroísmo, e que diligências pretende a Câmara de Angra efetuar no sentido de fazer com que a lei seja cumprida para que os moradores ou proprietários de imóveis situados na zona classificada deixem de pagar o imposto que lhes é ilegalmente cobrado de acordo com esta decisão do Tribunal do Sul.

Sabemos que as competências são da Autoridade Tributária e não da Câmara e que as receitas municipais terão que ser devidamente compensadas que, ao que se estima, poderão chegar a cerca de 60% do IMI arrecadado por esta autarquia.

Gostaria de saber se foram estabelecidos alguns contactos e o que o governo socialista da república pretende fazer no seguimento desta decisão judicial para pôr fim a esta legalidade imposta aos angrenses e a outros moradores de outras zonas classificadas do país. Pergunto ao senhor presidente se a Câmara vai agir ou pretende continuar a arrecadar a receita fiscal enquanto tal for possível ou inevitável. O PSD defende o cumprimento desta lei que poderá contribuir para o repovoamento e revitalização do centro histórico de Angra.

A respeito da atividade municipal, chamo a atenção para três exemplos de grandes obras municipais que não terão decorrido lá muito bem, a saber: as escolas de Santa Bárbara e da Ribeirinha e o pavilhão do Posto Santo cujos projetos e execuções deixaram problemas que se arrastam, exigindo esforços e despesas extra por parte da Câmara Municipal. Temos assistido a uma cascata de paragens, derrapagens nos custos, constantes correções e manutenções e possíveis custos acrescidos para o futuro nestas obras que são uma marca da governação socialista em Angra.

A escola de Santa Bárbara nunca mais acaba; apesar de o senhor presidente nos ter dado garantias de que tudo estaria bem, teve que lançar agora novo concurso para ver se termina a obra. Quando deveria ter sido inaugurada aquela escola, senhor presidente?

Como se pode verificar no relatório da atividade municipal, a escola da Ribeirinha continua a necessitar de correções a defeitos e o pavilhão do Posto Santo arrasta-se num processo constante de resolução de problemas com o recinto.

Considerando que o senhor presidente da Câmara pretende lançar um conjunto de obras atrasadas no decurso do seu mandato, e sabendo que os projetistas e empresas de fiscalização envolvidos nos processos são os mesmos, que garantias teremos de que não se repetirá o mesmo calvário de incompetência?

Sr. presidente da Câmara: – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores deputados. A questão do IMI é uma decisão parcelar que continua por resolver. Desconheço o que aconteceu mas, pelas notícias que nos chegaram, tratou-se apenas de uma primeira decisão. As câmaras recebem os valores do IMI mas todo o processo de liquidação é efetuado pela Autoridade Tributária.

Quanto ao governo socialista, lembro ao senhor deputado que esta lei data de 2007 e o senhor deputado teve a oportunidade de resolver a questão durante o demasiado tempo que os senhores estiveram no governo; como não a resolveram, espero que tenham a paciência necessária com ao atual governo assim como a tivemos com o vosso.

Houve e continua a haver contactos respeitantes a essa matéria. O senhor Secretário de Estado da Administração Local achou que o IMI não deveria ser pago e vamos aguardar para ver se o governo acolhe essa opinião de um dos seus membros. Há um conjunto de análises a serem feitas e questões que precisam de ser resolvidas por parte do Governo que serão aguardadas serenamente por parte da Câmara. Contudo, é importante que todos tenhamos consciência das consequências destas decisões que levarão a inevitáveis aumentos do IMI fora da zona classificada, a não ser que surja alguma compensação por parte do Estado.

A demagogia é uma coisa muito bonita, senhor deputado. O senhor vai ficar sentado ao lado dos pobres que vivem no centro da cidade que não devem pagar IMI; pode ser que ganhe um ou dois votos.

Do ponto de vista do equilíbrio das finanças da autarquia a solução ideal passaria por alguma compensação estatal para combater a diminuição da receita mas logo veremos mal haja alguma decisão por parte do Estado.

No que respeita à obra do pavilhão do Posto Santo, houve um problema que foi devidamente corrigido em obra relacionado com um erro de projeto. Que eu saiba, não houve nem se espera qualquer outro problema relacionado com essa obra. O pavilhão do Posto Santo está bem e recomenda-se.

As escolas da Ribeirinha e de Santa Bárbara têm problemas relacionados com projetos complexos e mal pensados que deram imensos problemas na fase de construção. Na obra da escola de Santa Bárbara juntaram-se as dificuldades económicas do empreiteiro que entretanto teve que sair da obra.

A escola deveria ter sido inaugurada em setembro do ano passado mas duvido que abra no próximo mês de setembro, apesar de se encontrar na fase final. Infelizmente o empreiteiro anterior não conseguiu terminar a obra por falta de capacidade financeira para adquirir um conjunto de equipamentos caros. Existem os custos óbvios de oportunidade porque já deveria ter decorrido ali o primeiro ano letivo mas vamos ver o que o futuro nos reserva a respeito desta matéria complexa e difícil.

Os projetos futuros estão a ser devidamente analisados no sentido de se evitar que voltem a acontecer situações semelhantes e adotámos a prática de revisão de todos os projetos de alguma dimensão por parte de uma equipa diferente daquela que os elaborou.

O projeto do Fanal foi entregue e chegámos à conclusão de que a geologia da zona merecia uma reanálise, razão pela qual estamos a efetuar uma segunda série de sondagens com a máquina perfuradora que se tem visto à beira mar nos últimos dias.

Foram tomadas medidas na área do projeto e da contratação com a criação de um conjunto de rácios financeiros nas condições de habilitação dos concorrentes ao último concurso lançado para uma obra grande, a construção daquele edifício ao lado do jardim, e quem não os cumprir não poderá concorrer. Com isto procura-se eliminar do concurso as empresas que se encontrem em dificuldades financeiras e acabem por criar situações como a que se verificou na escola de Santa Bárbara.

Sra. d. m. Ana Borges (presidente da junta de freguesia da Feteira): – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Hoje, dia 13 de junho de 2016 a freguesia da Feteira recebe uma reunião da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, o que muito nos orgulha, e os feteirenses agradecem.

Não poderia deixar de agradecer toda a colaboração que tem sido dada a esta freguesia quer pelos senhores deputados, quer pelo executivo da Câmara Municipal. Abracei este projeto com o objetivo de fazer sempre o melhor para a Feteira mas tal não seria possível sem a colaboração direta que nos tem sido prestada pelo senhor presidente da Câmara e pelos seus vereadores.

Lembro os projetos realizados por este executivo nesta freguesia como a asfaltagem de canadas, a manutenção e limpeza de caminhos municipais e de acesso à lavoura, a reorganização e construção de contentores para depósito de lixo, a colocação de diversa sinalização vertical, pinturas e arranjos em diversos locais da freguesia, a abertura de serviços administrativos da junta de freguesia durante o dia e a compra de equipamentos informáticos, o apoio à igreja com a compra de relógios, pintura de santos e reparação de passagem e os melhoramentos na quinta pedagógica com o apoio às diversas atividades festivas e associações da freguesia.

Temos em desenvolvimento diversos projetos como a zona balnear das Poças, o museu da tecelagem, a quinta pedagógica e o centro comunitário da freguesia cuja obra esperamos iniciar ainda este ano.

Perdoem alguma falha neste breve discurso, porque não sou especialista nesta área; prefiro estar junto das pessoas e ajudá-las a resolverem os seus problemas por menores que sejam, porque entendo que é assim que deve ser o trabalho de uma junta de freguesia.

Para terminar, convido todos os presentes para um almoço no Centro de Convívio da Terceira Idade às 13 horas. Muito obrigada.

Aplausos.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais.

Convido o senhor presidente da Câmara a continuar o seu esmerado esforço nas deambulações pela cidade de Angra e a fazer um pouco mais de exercício físico subindo até ao Pico das Cruzinhas.

Quem vê o edifício da Memória - o nosso supositório da cidade como dizia o pai do doutor Maduro Dias com um ar muito jocoso - verifica que se encontra bem cuidado enquanto o Pico das Cruzinhas é o seu parente pobre. Estive lá anteontem e vi um cimento por pintar, muito remendado e a rebentar. O turista que ali vá vê aquela desgraça toda que mais parece pertencer a um país de quinto mundo. Os degraus de acesso ao miradouro são também de cimento, apresentam o boleado da beira todo partido e não há rampa de acesso para deficientes mas também de nada serviria.

Tive a sorte e o azar de encontrar um engenheiro técnico responsável pela zona e disse-lhe: «Repara nesta paisagem. Já não fazes a leitura da costa? As árvores impedem que se veja daqui as praias da baía!...» Respondeu-me que as árvores crescem, algumas têm oito metros de altura e só se fossem podadas de helicóptero.

Eu e outros rapazes do meu tempo íamos brincar aos índios e aos cowboys para o Monte Brasil, sempre houve lá árvores e o Pico das Cruzinhas estava sempre visível porque havia o cuidado de podar as árvores para impedir que dificultassem a leitura da paisagem. É preciso limpar aquilo e deitar abaixo as que estão maiores senão o miradouro serve apenas para mirar árvores e não me venham com as teses das antenas porque facilmente se disfarçam.

Peço ao senhor presidente da Câmara a caridade de ser tão zeloso com o Pico das Cruzinhas como o é com o obelisco da Memória.

Sr. presidente da Câmara: – O relacionamento da Câmara com esses dois monumentos é completamente diferente. O edifício da Memória é propriedade do município enquanto o Monte Brasil possui uma gestão tripartida. Do ponto de vista da gestão do território, até aos 100 metros de altitude pertence ao Exército, daí para cima é dos serviços florestais e existem diferentes interpretações em relação à ermida de Santo António, ao Pico das Cruzinhas e a outros edifícios que lá se encontram. Alguns são geridos pelos serviços florestais, outros encontram-se numa situação intermédia e o Pico das Cruzinhas deveria ser propriedade municipal porque foi construído com a ajuda da Câmara de Angra mas num terreno que não lhe pertence.

Temos mantido contactos com os serviços florestais no sentido de resolver algumas questões. Uma parte do trabalho de limpeza de muralhas e algumas pinturas foi feito com pessoal da Câmara mas num âmbito de colaboração.

Existe uma colaboração e entendimento entre, pelo menos, três entidades. O senhor vice-presidente da Câmara e eu estivemos com os nossos técnicos no Pico das Cruzinhas no sentido de se fazer uma operação de limpeza daquele monumento que foi construído nos anos 30 com cimento que se usava na altura, uma obra que não era fácil de se fazer há quase 90 anos. Trata-se de um monumento notável pela sua técnica construtiva mas encontra-se bastante degradado e a sua reparação não é tarefa fácil porque dificilmente se encontra uma argamassa com boa adesão à que lá se encontra.

A Câmara já encomendou uma rampa metálica que permita o acesso dos deficientes ao monumento e há uma série de questões relacionadas com a manutenção daquela coluna cuja armadura se encontra exposta em algumas zonas e apresenta danos relativamente graves. Teremos que recorrer a ajuda externa especializada porque não temos ninguém que saiba prescrever os materiais necessários para a sua reparação.

Partilhamos a sua preocupação porque, depois de todo o trabalho que se fez no sentido de melhorar a apresentação da cidade, é deprimente ver aquela estrutura num estado tão degradado. Já alertámos os serviços florestais a respeito do corte das árvores e, em colaboração com o Exército, estamos a tentar enterrar um conjunto de cabos que por lá andam, o que não tem sido fácil porque as decisões devem partir de alguém que está em Lisboa, um processo que tem demorado eternamente mas esperamos algum êxito nos próximos meses.

Sr. d. m. João Salvador: – Bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, senhoras e senhores deputados. Registo com agrado a apresentação do projeto de requalificação da zona do Fanal, fico muito satisfeito com a demolição das garagens e da casa que ali existiam e com a restauração do forno da cal; fui cético a respeito da sua recuperação mas verifico que ficou com bom aspeto porque era degradante o que viam os turistas que por ali passeavam.

Sr. presidente da Câmara: – O projeto previa a demolição daquelas estruturas e a recuperação do forno da cal foi algo inesperado porque se encontrava no meio de todas aquelas ruínas. A estrutura do forno estava bem, apenas tinha sido demolida a entrada cujas pedras tinham sido utilizadas para a construção de um palheiro ali ao lado. O imóvel foi reconstruído com a mesma pedra e encontra-se num estado que permitirá um ponto de interesse com a colocação de uma placa interpretativa sobre o transporte do calcário e a forma como era utilizada a cal na cidade. A placa será traduzida pela mesma equipa que fez as outras placas e deu provas de si e vamos utilizar o «know how» acumulado para que tudo corra bem.

De acordo com o projeto inicial, aquele espaço estava destinado a estacionamento, o que significa que teremos menos 12 lugares devido ao forno da cal, mas vale a pena por se tratar de uma estrutura bonita com história.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente da Câmara; o IMI e as receitas fiscais da Câmara são assuntos sérios e não lhe dão o direito de se exaltar ou tecer considerações de demagogia em relação às opiniões da oposição. O senhor tem que perceber que estão aqui outras pessoas com diferentes opiniões e esperaria que nos tivesse dito que estabelecera contactos com presidentes de câmara de outras cidades do país com centros históricos classificados e problemas comuns para uma abordagem ao problema, em vez de ficar sentadinho a receber receita sem nada fazer até ver o que acontece.

Sr. presidente da Câmara: – Não lhe disse que não.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Mas também não disse que sim, ou seja, não disse nada.

Sr. presidente da Câmara: – Não preciso de dizer muito.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Precisa, porque lhe foram colocadas questões; o senhor tem que ter outra abordagem porque estamos a tratar de assuntos sérios. É um facto que esta questão foi

transversal a governos da república de cor socialista, social-democrata e coligação PSD/CDS mas só agora houve uma primeira decisão judicial. O senhor foi eleito para defender os munícipes e não para chutar para canto quando não lhe dá jeito perder receita.

Na minha primeira intervenção referi a necessidade de medidas compensatórias provenientes do orçamento de Estado face à perda de receita por parte dos municípios com centros históricos classificados, o senhor fez de conta que não ouviu, acusou os outros de não resolverem, agora tem um governo da mesma cor e não lhe quer fazer mal nenhum. Os governos de cor diferente eram umas bestas negras e agora que são da sua cor, não se lhes pode fazer mal. Isto não é para graçolas, senhor presidente.

Já percebemos que, no que toca a medidas que envolvam receita do orçamento de Estado, o senhor presidente fica cheio de pruridos. A oposição já propôs a devolução de uma porção da fração variável do IRS e o senhor não quer. Quando toca a distribuir por todos o senhor não gosta e prefere escolher a quem dá.

Uma medida destas seria altamente benéfica para os munícipes que vivem na zona classificada com problemas de térmitas, de degradação do parque habitacional, de envelhecimento, de estacionamento, de acessibilidades e de uma série de outros custos acrescidos. Estes munícipes decerto gostariam de ver um presidente de câmara proativo e que não chute para canto, só porque não lhe dá jeito. O senhor preocupa-se com isto ou prefere atacar as oposições?

Sr. presidente da Câmara: – Com as duas coisas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A má qualidade dos projetos das obras públicas no concelho de Angra e na ilha Terceira de um modo geral é latente porque uma obra dura dois ou três mandatos desde o projeto até ao cortar a fita como aconteceu com as escolas já aqui referidas.

O mercado municipal já mudou de projeto e de local por várias vezes, há ajustes diretos a torto e a direito e até já foram pagos projetos a arquitetos da nossa praça que ficaram na gaveta, nomeadamente para a construção de um edifício multisserviços no bairro de S. João de Deus. Espera-se que os manifestos eleitorais sejam cumpridos num mandato apenas.

No que respeita à manutenção de equipamentos municipais, a nossa autarquia gere uns quantos parques infantis, alguns da responsabilidade da Câmara, outros das respetivas juntas de freguesia, o parque do Relvão, de Santa Luzia, do jardim público e o parque da Serra da Ribeirinha situado quase dentro da ribeira. Os equipamentos estão na sua maioria vandalizados, deteriorados e em muitos casos, perigosos para as crianças que os utilizam.

Gostaria de saber quem é o responsável pela manutenção ou substituição destes equipamentos e o que está a ser feito no domínio da vigilância e combate ao vandalismo. Poderia ser ponderada a instalação de equipamentos de vídeo vigilância em alguns locais e gostaria de conhecer as razões da demora na reparação ou substituição destes equipamentos. Muitos dos que aqui estão têm filhos que frequentam alguns destes espaços e é muito desagradável que os miúdos espetem as mãos nos cabos de aço degradados ou deslizem nos escorregas partidos. Sabemos que o vandalismo existe mas terá que haver uma ação mais célere no que respeita à vigilância e à recuperação destes equipamentos municipais.

Sr. presidente da Câmara: – Quanto ao IMI, as coisas estão a ser feitas como deve ser. O senhor deputado já me conhece há uns tempos, sabe que não costumo ficar parado e pode ter a certeza de que houve e continuará a haver contactos.

Dos quatro parques que referiu, três são da responsabilidade direta da Câmara Municipal, nos quais efetuamos reparações semanalmente. Infelizmente temos vindo a sofrer verdadeiros ataques de vandalismo nos parques infantis e em diversas infraestruturas municipais mas sem qualquer prejuízo da boa gestão das coisas públicas; normalmente, a recuperação é feita em menos de uma semana, exceto quando os materiais tenham que vir de fora. Os equipamentos de

manutenção física do Relvão têm sido sistematicamente vandalizados e reparados praticamente todas as semanas. O senhor engenheiro Pontes preocupa-se com essas estruturas e tem feito os possíveis para as manter em bom estado.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, muito bom dia a todos.

As minhas primeiras palavras saúdam a Casa do Povo e a Junta de Freguesia da Feteira pela calorosa receção com que nos brindou nesta manhã de nevoeiro típico da Feteira, a minha freguesia adotiva há muitos anos. Aproveito ainda para fazer um reconhecimento devido à senhora presidente da Junta de Freguesia pela sua proximidade aos eleitores e moradores da freguesia porque, quando assim é, o trabalho dos autarcas é mais valorizado. Deixo-lhe o meu abraço sincero pelo trabalho desenvolvido em prol da nossa freguesia.

Falando agora de outros assuntos nesta ordem do dia, há dias ao passar pela marginal reparei numa estrutura que suporta a Porta da Prata. Pergunto ao senhor presidente se aquilo foi ali colocado apenas por precaução devido às obras na estrada de cima.

Uma outra questão prende-se com a gestão dos parquímetros no centro histórico. Não basta que o senhor presidente da Câmara desaprove as atitudes da empresa responsável e seja solidário com a insatisfação do público porque é preciso fazer-se um pouco mais.

Está a ocorrer na Câmara Municipal do Porto uma polémica relativa à concessão dos estacionamento tarifados a empresas privadas e o presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária referiu recentemente que, de acordo com a lei, nenhuma empresa privada poderá fazer a fiscalização de estacionamento.

Há um decreto-lei que refere o seguinte: *«Cada trabalhador com funções de fiscalização deve ser equiparado a agente de autoridade administrativa pelo presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.»* Ora, o presidente da ANSR afirma nunca ter equiparado nenhum fiscal destas empresas de concessão de parquímetros a agentes da autoridade administrativa desde a publicação desta lei em 2004. Passo a citar as suas afirmações: *«Atualmente nenhuma empresa pode exercer a atividade de fiscalização porque não foi publicada a regulamentação que equipara os funcionários das concessionárias a agentes de autoridade.»* Afinal, os angrenses andam a ser fiscalizados ilegalmente! Andamos a pagar multas de boa-fé, apesar de sermos fiscalizados por alguém que não se encontra legalmente autorizado para o efeito?

Pergunto assim ao senhor presidente da Câmara que diligências tomou ou pretende tomar a respeito desta situação visto que só um agente da PSP, um polícia municipal ou um fiscal da Câmara, me podem deixar um aviso de multa no vidro do carro.

Sr. presidente da Câmara: – Em resposta à questão relativa à Porta da Prata, devido a infiltrações constantes na abóbada e nas casas de banho laterais causadas pela passagem de viaturas, vai ser colocada sobre aquela estrutura uma placa em betão que passará a suportar as cargas e fará a impermeabilização daquele espaço, ficando a abóbada apenas para efeitos decorativos.

O senhor deputado tem toda a razão a respeito da fiscalização de parquímetros e a Câmara Municipal tomou a decisão de não conferir aos fiscais de Angra essa autoridade e apenas podem verificar se a pessoa pagou o parquímetro referente ao local onde estacionou.

Na cidade do Porto o fiscal pode multar quem estacionar em segunda fila ou cometer outro tipo de infração de estacionamento mas em Angra do Heroísmo isso não acontece. Esses senhores agem apenas no que respeita aos parquímetros, cobrando o valor equivalente até ao final do dia, mas não fiscalizam o estacionamento nem multam porque a Câmara lhes recusou essas competências.

O que a autoridade vem agora dizer é que as câmaras municipais que concederam essas competências de fiscalização não o deveriam ter feito antes da aprovação do regulamento. Quando saiu a lei, a empresa dos parquímetros achou que poderia fazer tudo, passou a colocar uns avisos nos carros de que estariam em violação das regras do estacionamento mas a Câmara intimou-os a pararem com isso porque não lhes tinha sido concedida essa competência.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e respetivo executivo, caros colegas deputados municipais.

Gostaria que o senhor presidente da câmara nos indicasse a entidade responsável pelos pareceres sobre as alternativas ao trânsito. A única alternativa de quem circule pela rua Direita e pretenda voltar à cidade, é seguir até ao castelo porque a rua de Santo Espírito encontra-se encerrada; isto aconteceu-me na semana passada quando quis contornar e me deparei com uma cancela ao pé da GNR a impedir o trânsito por essa rua.

Sr. presidente da Câmara: – Isso aconteceu devido à mudança do andaime da pintura da Misericórdia.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Esse andaime só pode ter sido ali colocado com autorização da Câmara; se condiciona o trânsito, as pessoas devem ser avisadas e criadas alternativas porque dei por mim a ter que dar a volta ao fundo da cidade para regressar. É verdade que a manutenção do edificado é importante mas o trânsito é o que mais condiciona o dia a dia das pessoas.

O senhor presidente da câmara deve explicar aos munícipes como as coisas se processam, porque as pessoas colocam estas questões todos os dias; como sua representante, sinto-me na obrigação de expressar aqui as suas preocupações para que o senhor tenha a oportunidade de nos esclarecer.

Sr. presidente da Câmara: – Quando há fecho de ruas por períodos alargados os pareceres são emitidos pela comissão de trânsito e pela PSP que normalmente apresenta as alternativas. Aquele andaime só impede o trânsito por períodos muito curtos quando é movimentado e quando isso acontece vai lá um homem da polícia que orienta o trânsito. Devido à inauguração da estátua de Vasco da Gama, o andaime teve que ser rodado duas ou três vezes pela fachada e depois arrumado do lado da rua de Santo Espírito.

Por norma, não existe a necessidade de publicar um anúncio no jornal devido a interrupções por períodos curtos de cerca de 30 minutos ou uma hora devido a cargas e descargas, obras, etc., porque a polícia orienta o trânsito.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 9 de abril a 31 de maio de 2016 bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – Foram lançados dois concursos, um referente à conclusão das obras da escola de Santa Bárbara na sequência da rescisão do contrato com o anterior empreiteiro e cujo termo das obras se prevê a breve trecho e o outro para a reconstrução do edifício abaixo da sede do PS na rua do Marquês que servirá de Centro Interpretativo de Angra, cujo prazo de apresentação de propostas terminou ontem ou hoje. Foi assinado o contrato ARAAL para o financiamento, estamos em vias de lançar o concurso para a recuperação da costa do Fanal e a construção do passeio pedonal.

Aguardamos a vinda do senhor Ministro da Defesa para o lançamento da primeira pedra referente à construção da nova estrutura de preparação física para o RG1 em substituição da que se encontra cá fora e em permuta com o terreno respetivo no Relvão que passará para o domínio municipal. O mesmo acontecerá com uma casa existente por detrás do tanque do azeite que pertencia ao Exército e passará para a Câmara Municipal ao abrigo desse contrato que esperamos assinar no dia 7 de julho.

Neste período da atividade municipal continuámos com o processo de recuperação de vias e já ultrapassámos os 50 quilómetros de estradas intervencionadas. A frente de obras já ultrapassou a Terra Chã e situa-se no Posto Santo.

Como foi anunciado pelo senhor presidente da Mesa na leitura do expediente, a Câmara recebeu o relatório da inspeção referente aos Serviços Municipalizados que felizmente retirou todos os membros da Assembleia do processo. A questão diz respeito exclusivamente ao executivo municipal, essa matéria ficou devidamente resolvida e não há nenhuma questão grave que nos deva preocupar. Como disse na altura, essa responsabilidade era exclusivamente minha e ainda bem que a inspeção assim o entendeu. Os senhores membros da Assembleia, assim como os passados membros do executivo, ficaram ilibados de todo o processo.

Está-se a fazer um enorme esforço na preparação das estruturas para as Sanjoaninas e é com pena que reporto um acidente decorrido neste processo que levou a que dois trabalhadores do município tivessem sofrido ferimentos de alguma gravidade; um deles continua internado com uma perna partida e queimaduras nos olhos, o outro já teve alta mas apresenta algumas sequelas.

Como a grua da câmara estava a ser usada na montagem das iluminações, resolveu-se alugar uma outra para proceder à pintura de um muro. No momento em que atingia a sua máxima extensão, a lança partiu e o cesto caiu; veio a arrastar pela parede abaixo e amorteceu um pouco a queda mas um trabalhador acabou por partir a perna e o balde que continha a cal para a pintura entornou sobre a cara provocando-lhe queimaduras na boca e nos olhos. A responsabilidade da Câmara está coberta pelo respetivo seguro e os trabalhadores cumpriam todas as regras de segurança, embora a maior responsabilidade seja do proprietário da máquina que se partiu.

Este foi o pior acontecimento nestes últimos tempos. Como sabem, tínhamos feito uma sessão sobre prevenção de acidentes de trabalho em que se tentou convencer as pessoas a usarem as respetivas proteções. Verificámos grandes melhorias no nosso pessoal em termos de segurança e aparecem agora devidamente equipados. Fizemos grandes progressos em termos de higiene e segurança no trabalho mas infelizmente não se evitou este acidente.

Como se passou relativamente pouco tempo desde a última sessão da Assembleia Municipal, as questões de natureza de execução financeira e gestão das finanças municipais mantêm-se basicamente as mesmas.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos informasse que tipo de intervenção está prevista para a rua de S. João, para quando o início da obra e qual o prazo para a sua execução. Diga-me também quem foi o responsável pela pintura da fachada da casa dos Raulinos, a antiga pensão Lisboa, e do edifício da alfândega.

Sr. presidente da Câmara: – Prevíamos iniciar a obra da rua de S. João logo a seguir às Sanjoaninas mas resolvemos atrasá-la para o outono/inverno a pedido de alguns comerciantes. A intervenção será em tudo idêntica à que foi feita na rua Direita e o prazo de execução deverá rondar os 90 dias.

Logo que terminem as Sanjoaninas, a frente de obras deverá deslocar-se para a zona dos bombeiros onde há grandes deformações no pavimento. Junto ao semáforo à saída do liceu há um abatimento no pavimento devido à perda de finos numa conduta de águas pluviais e os

carros mais baixos começam a tocar no chão devido à formação de uma grande depressão. O estado do pavimento naquele entroncamento junto ao semáforo é péssimo e a situação é preocupante.

A Câmara intimou os proprietários dos edifícios do Pátio da Alfândega a procederem às respetivas pinturas. A EVT efetuou a pintura da antiga pensão Lisboa e o edifício da alfândega foi pintado pela empresa proprietária. O Estado vendeu o edifício há uns anos às escondidas de toda a gente mas a venda não cumpriu um requisito essencial porque o Governo Regional tinha direito de preferência e não foi informado, o que significa que a venda é anulável.

Pedimos ao administrador da empresa proprietária do edifício que cá viesse e comprometeu-se a fazer o arranjo do teto e a substituição das caixilharias. A obra será feita logo a seguir às Sanjoaninas num investimento na ordem dos 300 mil euros.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Exma. senhora presidente da Junta de Freguesia da Feteira, agradeço-lhe a simpatia e o acolhimento, em meu nome e em nome do PS, e é um prazer podermos-nos aproximar do povo.

Gostaríamos de nos congratular com o lançamento do concurso para a construção do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo. O grupo municipal do PS tem vindo a manifestar essa preocupação e é com agrado que vemos o arranque da obra previsto para breve. Congratulamo-nos também com o que foi apresentado relativamente ao circuito pedonal desde o castelo até ao Fanal que em muito enriquecerá a nossa cidade.

Expressamos também uma palavra de apreço ao embelezamento da nossa cidade que está florida e preparada para as festas com os edifícios bem cuidados. Não sei se a limpeza efetuada na escadaria da Sé partiu de uma iniciativa da própria Sé ou da Câmara Municipal mas contribuiu para o enriquecimento daquela zona e temos visto muitos turistas ali sentados a disfrutarem da vida da nossa cidade.

Sabemos que o Bailão é um dos grandes recintos das festas Sanjoaninas, o que implica a redução do estacionamento. Percebi que vão informando com alguma antecedência no jornal e no *site* da Câmara a respeito dos períodos em que o estacionamento é condicionado mas falta alguma informação adicional para o público do dia a dia com a indicação das datas do condicionamento do trânsito, à semelhança do que foi feito para a inauguração da estátua de Vasco da Gama no Pátio da Alfândega com a colagem de cartazes em alguns candeeiros. Seria importante informar as datas do condicionamento do estacionamento no parque traseiro e a cadência de redução de lugares no parque dianteiro para evitar transtornos como os que a doutora Graça referiu.

Sr. presidente da Câmara: – O arranjo das escadarias foi feito pela Câmara; está a fazê-lo em todas as escadarias da cidade e contamos ter o trabalho terminado até ao fim do verão. A escadaria da igreja da Sé, por ser a mais antiga apresentava grande degradação, é o único sítio da cidade onde se mantém o antigo ladrilho numa extensão razoável e tentou-se proceder a um arranjo que não implicasse a substituição das pedras.

É publicado um anúncio prévio por diversas vezes a informar os dias em que haverá encerramento e são apontadas alternativas ao estacionamento tentando mudar uma parte para a zona da praça de touros e outra para Santa Luzia. São as alternativas possíveis para além daquelas que funcionam durante todo o ano junto ao tanque do azeite, apesar de se manter sem pavimentar até que se faça a obra da passagem pedonal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Inevitavelmente isto resvalou para questões de trânsito e terei que lhe fazer a pergunta habitual, senhor presidente. O senhor já está em condições de fornecer aos deputados municipais a cópia do estudo de trânsito que já pagou e que deveria ficar pronto em

seis meses? Tendo em conta o impacto e a dimensão da obra, solicito que seja também distribuída uma cópia do projeto de reordenamento e requalificação do Fanal.

Relembro agora uma preocupação recorrente por parte da bancada do grupo municipal do PSD a respeito das zonas balneares. Sei que a Câmara tem feito algumas intervenções pontuais de remendo mas julgo necessárias algumas intervenções de fundo, porque existe uma degradação evidente dos solários, pavimentos e acessos e é preciso mais do que remendar o que o mar vai estragando nos invernos.

Curiosamente, as obras mais antigas vão-se aguentando enquanto as mais recentes se vão degradando mais facilmente. Volto a lembrar o caso da Salga, onde sei que já houve uma melhoria com um pequeno enrocamento à volta do pontão mais recente, o revestimento do cais da Silveira, o pavimento no Negrito, etc. Estas zonas são muito frequentadas, vão sendo remendadas ano após ano mas precisam de intervenções de fundo.

São referidas aqui ações de controlo e monitorização da praga das térmitas no Teatro Angrense. O senhor presidente da Câmara garantiu-nos que o problema residia na teia do palco e que a sua substituição solucionaria a infestação do teatro mas parece que não. Gostaria que nos referisse as outras zonas afetadas ou críticas, como os camarotes ou outras áreas, e a existência de riscos estruturais que possam fazer perigar aquele património do concelho.

Parece-me importante a empreitada de reforço da orla marítima na Cruz do Canário no Porto Judeu mas não vemos qualquer referência ao tipo de obra ou ao seu enquadramento orçamental nos documentos previsionais da Câmara ou do Governo Regional, nomeadamente na secretaria que tutela o ambiente e o ordenamento do território. O mar tem vindo a causar erosão naquela zona, está a chegar perto dos terrenos dos privados e há ali um acesso pedonal a ficar cada vez mais estreito.

Deixo-lhe mais uma questão crónica: qual a situação atual do funcionamento da incineradora, os respetivos custos dos consumos de combustível e quando teremos saldos positivos de exploração na TERAMB, empresa gerida pelos dois municípios às custas também da venda de eletricidade por parte da Central de Valorização Energética?

Foi anunciado para a ilha Terceira um forte apoio público num parque de painéis solares. Ora, sendo conhecido o sucesso da energia eólica, a produção de eletricidade por parte da TERAMB a partir da queima de resíduos e estando em construção a central geotérmica, o senhor presidente já manifestou preocupação no caso de a Terceira se tornar excedentária na produção de energias renováveis. Pergunto como poderá ser feito esse equilíbrio e se haverá algum constrangimento na venda de eletricidade à EDA por parte da TERAMB, resultando em possíveis prejuízos para o concelho.

Gostaria de saber também quantos trabalhadores estão no município de Angra ao abrigo de programas de recuperação de emprego e quantos poderiam eventualmente corresponder a necessidades efetivas de postos de trabalho porque estas situações acontecem em vários departamentos públicos. Sabemos que há pessoas ao abrigo destes programas com condições precárias a satisfazerem necessidades permanentes de postos de trabalho.

Sr. presidente da Câmara: – Espero dar conta das respostas a este extenso questionário. Quanto aos projetos, teremos todo o gosto em oferecer-lhe um CD. No que toca às térmitas, a estrutura do edifício do teatro Angrense nunca esteve nem está ameaçado. Aquela estrutura dos camarotes é metálica, tem apenas uma forra decorativa em madeira que se encontrava infestada em algumas zonas mas foi tratada para evitar danos de natureza patrimonial. Será feita uma inspeção daqui a um ano e nessa altura saberemos se as térmitas foram eliminadas.

Nunca lhe disse que a incineradora iria dar lucro e espera-se uma exploração equilibrada. Uma incineradora é uma empresa de tratamento de resíduos com economia e eficácia e não uma empresa de produção de energia, sendo a eletricidade produzida um subproduto que serve para

diminuir os custos da incineração. O projeto está a funcionar de forma exemplar a velocidade de cruzeiro com gestão integral feita pela TERAMB e com trabalhadores nossos porque os trabalhadores por conta do empreiteiro saíram de lá há cerca de um mês.

Excluindo a geotermia e o fotovoltaico, neste momento já temos excesso de produção de energia na ilha Terceira. Tem havido grandes dificuldades com o funcionamento da rede nas últimas madrugadas com a necessidade de desligar os aerogeradores devido à falta de capacidade de encaixe na rede por razões que têm a ver com a forma como a EDA regula a tensão, a frequência e a manutenção de dois grupos de reserva que têm que estar com 40% da sua carga nominal.

A única solução é a construção que está prevista de uma central reversível que utilize o excesso de energia em determinadas horas para enviar a água para cima da serra do Morião e libertá-la depois nas horas de ponta, aproveitando essa energia de volta para a rede. O projeto está feito, os terrenos estão identificados e está a decorrer o processo de construção.

O fotovoltaico não é muito problemático nesta equação porque só funciona durante o dia e a rede acomoda. A situação crítica inicia-se normalmente por volta da meia-noite e termina às 07 horas da manhã. Contudo, a central geotérmica será um gravíssimo problema porque não pode ser ligada e desligada e muito dificilmente se encaixará na atual rede. Esse não é um problema para a TERAMB porque o regulamento em vigor diz que a ordem de saída é inversa à ordem de entrada. Como a TERAMB se encontra já na rede e a geotermia não está, esta última é que terá problemas. Nas horas em que os geradores que estavam antes tiverem que sair, a produção de energia da TERAMB é repartida com os aerogeradores, acontecendo o mesmo com a geotermia.

Quanto aos trabalhadores, temos cerca de 200 pessoas nesta altura e o número continua a crescer porque ainda não chegaram todos depois desta interrupção das férias. Estamos com um programa puramente ocupacional em todas as vertentes e nenhum desses trabalhadores exerce funções imprescindíveis ao município porque a Câmara e os Serviços Municipalizados possuem um quadro com excesso de pessoal.

Sr. vice-presidente da Câmara, José Gaspar Lima: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e ilustre Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Como o senhor deputado Luís Rendeiro sabe, estamos a fazer obras de grande vulto nas zonas balneares do concelho. Desde há um mês temos vindo a proceder à recuperação e manutenção dos molhes com algum enrocamento. A zona da Salga vai sofrer um outro arranjo na ponta do cais com uma escadaria própria que já foi entregue à firma e os moldes já estão feitos. Estamos à espera que o tempo permita que a mesma seja lá colocada e depois será composto o enrocamento.

A zona do Negrito foi toda recuperada e na Silveira fizemos um enrocamento contra o varadouro existente para melhorar a segurança de toda aquela área, apesar de o mar não nos ter dado tréguas. Foi também reparada uma parte do solário com um produto que testámos; se aprovar, tencionamos aplicá-lo nos solários de todas as zonas balneares.

Na Cruz do Canário onde caiu uma muralha junto à estrada e existe uma importante zona de miradouro, será feita uma obra de vulto que foi adjudicada à TECNOVIA por cerca de 50 mil euros e vai ser intervencionada dentro de pouco tempo.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Infelizmente constata-se mais uma vez a ausência da comunicação social na cobertura dos trabalhos desta Assembleia.

Antes de mais, e ao fim de quase 3 anos de mandato, agradeço ao senhor presidente da Câmara pelo facto de os quadros dos documentos da atividade municipal não nos serem apresentados desfocados.

Sr. presidente da Câmara: – Agradeça ao senhor da informática.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Não tenho nada a referir relativamente à execução da receita e da despesa. A respeito das GOP, gostaria de saber para quando está prevista a intervenção referente à requalificação das ribeiras de S. Bento e S. Pedro porque a ribeira que corre por detrás da universidade voltou a transbordar depois da grande chuvada da semana passada.

Reparei que as maiores rúbricas das contas das Sanjoaninas referem outros bens e outros serviços, o que significa que não sabemos em que vão ser gastas estas verbas. Espero que 2016 seja o ano em que finalmente receberemos as contas das Sanjoaninas com as receitas e despesas diretas e indiretas devidamente discriminadas porque o senhor presidente prometeu que entregaria as contas de 2015 mas ainda não as recebi. Seria bom que recebêssemos uma conta discriminada de receitas e despesas para sabermos o que se recebe e gasta nas festas.

Quando olhamos para o cabimento, há que reconhecer que a execução vai de vento em popa mas não seria de esperar outra coisa, dado que este orçamento foi feito sem ter em conta as receitas dos fundos comunitários que ainda não estavam aprovados.

Estive a consultar o *site* do programa «Açores 2020» e a Câmara tem apenas aprovada a escola de Santa Bárbara em 2015. Peço-lhe um ponto da situação relativo à aprovação de novos projetos porque estamos a terminar o mandato, nada de obras e o nosso concelho não pode continuar eternamente à espera de fundos comunitários.

Foi aprovado o documento referente ao PIRUS para se poder candidatar verbas a fundos comunitários e gostaria que o senhor presidente da Câmara nos fizesse o ponto da situação destes concursos.

Sr. presidente da Câmara: – A obra da ribeira de S. Bento está a decorrer e é paga integralmente pelo Governo. A obra da ribeira de S. Pedro já deveria ter aí alguma execução porque a Câmara já comprou por cerca de 150 mil euros a casa situada do lado de cima da rotunda das Bicas que vai ser demolida nas próximas semanas para se criar ali uma bacia de retenção e dar-se início à obra. Como temos tido alguns problemas de inscrição, de vez em quando há despesas mal arrumadas nas GOP's e isso poderá estar incluído na rubrica da compra de imóveis.

De acordo com o projeto inicial, estava prevista a colocação de um canal ao longo daquela parede mas chegou-se à conclusão que seria muito complicado do ponto de vista construtivo, por isso vai ser feita uma galeria pelo centro da via e a parede pode ser tapada.

No que aos fundos comunitários diz respeito, a sua é também a minha preocupação porque temos candidaturas feitas em várias áreas que ainda não estão aprovadas. A primeira candidatura no âmbito do PIRUS é a obra que está a concurso relativa ao edifício da rua do Marquês mas creio que ainda não deu entrada e será a primeira utilização vultuosa de verbas no âmbito desse programa. Está também em preparação a candidatura para a Fanfarra no valor de cerca de 400 mil euros para integrar no PIRUS mas ainda não está concluída porque o projeto ainda não está pronto.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Gostaria de expressar um lamento, dar um contributo e tirar uma dúvida. Apesar de se terem passado quatro meses, continuo sem ver neste exaustivo relatório a reunião de apresentação de cumprimentos entre a Câmara Municipal e os novos órgãos sociais da Rádio Clube de Angra que já foram solicitados por várias vezes por diversos meios e através de vários interlocutores.

Estamos a falar de uma instituição com 69 anos de vida com um conjunto de problemas que precisam de ser resolvidos contando com o apoio das entidades públicas. Lamento não ter obtido resposta aos pedidos feitos ao senhor presidente da Câmara para reunir, quanto mais não seja, para apresentar cumprimentos ao representante máximo do município de Angra do Heroísmo de forma oficial.

Por se tratar de uma infraestrutura de um considerável valor patrimonial e turístico, na sequência da vinda do senhor Ministro da Defesa, pergunto ao senhor presidente da Câmara se terá a disponibilidade de interferir sobre a eventualidade de se encontrar um espaço alternativo para deslocação da tropa do castelo de S. João Batista e assim libertar aquele espaço para atividades de caráter turístico. Os edifícios necessitam de manutenção, a muralha tem Faias com quase um metro de altura a crescerem entre as pedras e aquela é a maior fortaleza construída pelos espanhóis fora da península ibérica.

A dúvida que gostaria de ver esclarecida tem a ver com uma participação da senhora vereadora Raquel Caetano Ferreira num simpósio da Clínica de Saúde Mental e Desenvolvimento da Ilha Terceira. Como se sabe, esta clínica tem andado envolta em alguma polémica e a própria Secretária Regional da Solidariedade Social confirmou recentemente que o caso está sob investigação e entregue ao Ministério Público.

A clínica tem um âmbito de atuação relativamente duvidoso e foi com alguma estranheza que vi a participação da senhora vereadora em representação da Câmara na abertura do IV Simpósio. Pergunto se terá sido dada resposta positiva apenas para participar no evento ou se a Câmara de Angra, à semelhança do que acontece com a Câmara da Praia da Vitória através de uma das suas empresas municipais, possui algum tipo de relacionamento institucional com esta clínica.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara de Angra não tem nenhum contrato com essa clínica, a senhora vereadora esteve presente em minha representação por uma questão exclusivamente protocolar e sempre que nos seja possível, acedemos a todos os convites de simpósios ou outros eventos de relevância pública.

Quanto à questão bastante séria e complexa que colocou a respeito do castelo, não deixo de concordar com parte do que o senhor deputado disse mas no dia em que o Regimento de Guarnição N° 1 sair dali, teremos um dos maiores problemas institucionais das nossas vidas por se tratar de uma estrutura gigantesca cuja manutenção exige um esforço financeiro fora do alcance das finanças municipais.

Se não estou em erro, aquela é a unidade mais antiga que se mantém sediada na mesma estrutura, o que acarreta um valor simbólico e institucional muito grande. Dado o seu valor histórico, é possível conciliar uma sã visitaçãõ daquele espaço e convivência dos turistas com a atividade militar sem problemas de maior. Tenho uma posição diferente da sua e tudo farei para que o RG1 não saia dali. Existe vontade do outro lado para que saia mas espero que isso não aconteça.

Já me encontrei com o senhor Ministro da Defesa e, do que está previsto, há questões relacionadas com o RG1, nomeadamente com a manutenção da igreja de S. João Batista que está num estado lamentável de degradação e já nos oferecemos para que a mesma fosse candidata no nosso PIRUS. Da parte do Ministério da Defesa, na altura em que a senhora Secretária de Estado da Defesa era uma açoriana, houve uma inscrição de 250 mil euros que esperemos venham a ser executados, embora cubram apenas os 15% necessários numa candidatura comunitária.

Essa matéria está a ser elaborada com o patrocínio da Câmara e, dada a complexidade do que lá tem que ser feito, foi contratada uma equipa projetista da Universidade de Coimbra e de uma universidade italiana para a elaboração de um estudo sobre a recuperação da estrutura.

Temos mantido uma colaboração ativa com o comando e com o Ministério da Defesa no sentido de encontrar boas soluções para o RG1. Temos em curso um conjunto de pequenas ações como a remoção de cabos que se encontram sobre as muralhas, a construção do novo equipamento de preparação física do regimento em troca dos edifícios já aqui referidos, além de um conjunto de outras colaborações no sentido da dinamização do espaço.

Desde que estou em funções só posso louvar a excelente boa vontade dos dois comandantes e do próprio Ministério da Defesa. Como devem ter reparado, nos últimos tempos têm decorrido lá mais concertos e outros eventos como resultado dessa colaboração. O que depende diretamente do comando tem sido resolvido instantaneamente mas, quando se trata do Ministério da Defesa, há um par de meses entre cada carta, o que parece ser uma característica da estrutura. Da minha parte há um enorme empenho para que aquele espaço se mantenha com a sua vocação secular de espaço militar sempre com a mesma gestão.

Sr. d. m. João Tavares: – Muito bom dia a todos. Pretendo manifestar o meu agrado pela forma como a Câmara Municipal tem atuado no Porto Judeu. Ontem fizemos a inauguração oficial da Ponta Gorda, indispensável para a disponibilização de água àquela zona onde as pessoas recorriam aos depósitos para poderem beneficiar de água durante o ano.

Realço também o empenho que a Câmara tem dito na reparação de equipamentos desportivos, quer do campo de jogos dos Barreiros quer dos Leões, contribuindo assim para um melhor desenvolvimento da prática desportiva também por parte de outros clubes.

Gostaria também de referir que o raticida tem sido bem aplicado como tinha sido acordado; a prova disso é que estamos na altura do levantamento dos raticidas na junta de freguesia e ainda ninguém o foi requisitar, pelo menos na freguesia do Porto Judeu, o que significa que a sua aplicação foi bastante eficaz.

O trilho da orla marítima que envolve o percurso entre o Poço d'Além e a Cruz do Canário tem sofrido vários melhoramentos ao longo do ano, tornando-se numa zona pedonal e contribuindo para hábitos de vida saudável.

O mau tempo de dezembro do ano passado provocou a degradação de várias zonas. Mais uma vez a Câmara prontificou-se a visitar as zonas habitacionais, o Refugo, a Ponta dos Coelhos e todas as outras que necessitavam de intervenção imediata e em cooperação com a junta todas aquelas zonas foram recuperadas.

Existe aqui um lapso da Câmara porque a localização não é «Cruz do Canário» mas sim, «Banda da Canada» e talvez daí resulte a pouca orçamentação para aquela intervenção. Há uma zona estreita num percurso que ainda não foi intervencionado mas está negociado com o dono do terreno com vista à criação de um espaço de segurança para a circulação das pessoas. Trata-se de um muro que foi demolido na zona da Banda da Canada e o que está orçamentado é a recuperação do muro.

Foram ainda danificados pelo mar alguns muros de pedra noutras zonas mas serão ali feitas intervenções diferentes para uma melhor proteção. Todo este projeto implica também um grande impacto ambiental como forma de impedir ou travar o depósito de lixo na orla marítima.

Sr. presidente da Câmara: – Embora fique na zona da Cruz do Canário, o lugar tem o nome de Banda da Canada como referiu o senhor deputado. O Governo Regional expropriou uma propriedade no litoral do Porto Judeu e transferiu-a este ano para a Câmara que a integrou no domínio público municipal. Foi possível abrir uma ligação entre duas zonas ao longo do litoral, melhorou-se a frente de mar e ficámos todos a ganhar com essa colaboração vinda da parte do Governo Regional.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Além das questões culturais e lúdicas que todos apreciamos, existe uma componente económica nas festas do concelho onde as pessoas

esperam poder tirar alguns proveitos adicionais. Apesar de sempre termos defendido que esta expressão popular deveria ser organizada pelos angrenses e para os angrenses, o senhor presidente da Câmara entendeu de forma diferente.

Não pode acontecer que as coisas sejam sistematicamente encomendadas ao concelho vizinho. Pergunto se deixaram de existir costureiras em Angra porque os angrenses não ficaram satisfeitos com a entrega da conceção artística a uma empresa da Praia. Outra coisa que não se percebe é porque só hoje, a 4 dias do início das festas, é que foi marcada a primeira prova de roupa e as meninas não sabem que sapatos comprar porque ainda não a viram.

Sr. presidente da Câmara: – Também estou com dificuldades em escolher a cor das meias.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Em primeiro lugar quero congratular e dar os parabéns à Câmara pela iniciativa do dia mundial da criança e a criação de diversas atividades ocorridas no centro da cidade.

Como referiu a senhora deputada Isabel Berbereia, a cidade está muito florida, colorida e cheia de turistas mas está também cheia de pragas urbanas: os ratos, as baratas, os pombos, as gaiivotas e as térmitas. As invasões destes seres vivos são silenciosas e facilmente se podem prever problemas futuros. As baratas são extremamente resistentes às variações ambientais e climáticas, contaminam os alimentos e provocam doenças. Os pombos são uma das pragas mais difíceis de controlar porque se reproduzem de forma acelerada e os seus dejetos são corrosivos. O mesmo acontece com as gaiivotas cujo número tem aumentado na cidade.

Numa cidade património mundial parece-me insensata a perda substancial de monumentos, habitações ou objetos de valor histórico. Penso que o senhor presidente da Câmara tem tido uma atitude amena em relação a estas questões e por isso lhe pergunto se tenciona proceder a uma avaliação e gestão de risco porque o adiamento da resolução destes problemas aumentará os custos inerentes ao combate a estas pragas.

Sr. presidente da Câmara: – Agradeço a sua referência ao dia da criança cujo mérito se deve ao pessoal dos nossos serviços de desporto e da área social; houve muito trabalho e esforço de muita gente para preparar aquele excelente trabalho e tudo correu bem.

Nos últimos tempos foram dados passos significativos em relação a algumas pragas. Ainda é cedo para se avaliar mas aparentemente a desratização correu bem. A redução da população das gaiivotas, sensível devido ao trabalho que se tem estado a fazer no aterro, tem vindo a diminuir e esperamos que assim continue ao longo dos próximos tempos à medida que aquele espaço for sendo encerrado. Como este ano é mais frio, e como dizem os antigos, veremos se teremos menos baratas.

Estamos a assistir a uma explosão da população de pombos em Angra. Instalou-se uma colónia no edifício do antigo hospital que está sem janelas, a população tem crescido de forma acentuada e já oficiámos e intimámos a empresa proprietária do imóvel a tapar as aberturas para evitar que os pombos lá se instalem. Tudo isto tem um conjunto de consequências quer ao nível da saúde pública, quer da manutenção dos edifícios. A principal vítima tem sido a igreja do Colégio onde os pombos se têm instalado de forma desordenada e sujado a pintura, a igreja da Misericórdia acabou de ser pintada e tenho uma palmeira na minha casa que também sofre disso. A diminuição da população passa pela redução dos lugares de nidificação e esperamos que a empresa proceda rapidamente à vedação do edifício do antigo hospital.

Quanto às térmitas, a tecnologia está no terreno, está a tratar quem entende tratar e posso dizer que no Teatro Angrense funcionou sem deformações de madeiras ou qualquer outro problema, apesar da delicadeza das talhas que lá estão. O processo funcionou muito bem e cada um deve cuidar do que é seu.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Registo com pena que a primeira obra a ser lançada com recurso a financiamento do novo quadro comunitário de apoio poderá ser a menos prioritária de todas as que estavam previstas no decurso do seu mandato, senhor presidente. Um centro interpretativo é importante, sem dúvida, mas o PSD sempre foi contra aquele projeto com os custos implicados.

Julgo que deveria ser dada prioridade a outros investimentos com retorno para o concelho em termos da economia e do emprego ou através da resolução de problemas mais diretos como o estacionamento já aqui referido. Há muito que não se investe em estacionamento no centro histórico de Angra, o senhor presidente da Câmara continua a orientar-se pelo estudo de 1996 e não concordamos com a hierarquia de prioridades das obras a serem lançadas.

Na continuação da intervenção da deputada Elsa Costa, de facto não há praga urbana que Angra não tenha no domínio dos roedores, dos insetos ou das aves, um problema para o nosso património, para a saúde pública, para a qualidade de vida e até para a marina e para os barcos que lá estão. É necessária uma maior proatividade no combate a estas pragas e nas medidas concertadas entre as responsabilidades municipais e regionais porque não se vêem resultados.

A prova de que as medidas adotadas não são adequadas, foi há pouco referida pelo senhor presidente da junta de freguesia do Porto Judeu ao dizer que os residentes não foram levantar o veneno. Isto não pode ficar ao livre arbítrio e são necessárias equipas técnicas a trabalhar a sério em todo o concelho para o combate a estas pragas de forma sistematizada.

O senhor presidente da Câmara foge constantemente à questão do urbanismo. A cidade de Angra continua com graves problemas relacionados com ruínas e edifícios devolutos como este que o senhor referiu do antigo hospital. Para além do vandalismo, do roubo de alumínio, de cobre e de outros materiais, temos tido problemas sociais como o tráfico de estupefacientes e até houve quem morresse lá dentro. Tudo isto se passa em edifícios de maior dimensão que se encontram em ruínas em Angra e na sua periferia.

Temos problemas graves que precisam de outra abordagem e intervenção mais sérias; assiste-se mais uma vez a um encolher de ombros e não se consegue resolver a requalificação, venda ou demolição destes espaços. Há consequências para o bem-estar dos munícipes, para a saúde pública e para o nosso património.

Não há em Angra um plano a sério de requalificação urbana com apoios a sério que permitam às pessoas recuperarem as suas casas. Os apoios existentes estão direcionados a uma franja da população que não é a titular dos imóveis, é pobre e carenciada. Os que se podem candidatar aos apoios, tal como estão regulamentados, não são os donos dos imóveis. Os donos são remediados e situam-se numa franja de rendimentos um ou dois níveis acima daqueles que se podem candidatar.

As casas não são recuperadas porque as pessoas não podem substituir os telhados e a praga não será combatida. Não podemos ficar à espera que qualquer munícipe decida usar a técnica do calor húmido que mata as térmitas mas não previne as infestações. Os métodos disponíveis sem recurso à construção civil e à mudança de materiais também não previnem as infestações.

A capacidade de multiplicação de todas estas pragas é muito superior às técnicas de combate utilizadas. Tudo isto exige opções orçamentais, dinheiro e escolhas por parte de quem governa o município que, se calhar, se colocam num patamar de prioridades inferior à construção de um centro interpretativo, a primeira obra a realizar com fundos do atual quadro comunitário de apoio.

Sr. presidente da Câmara: – Começo pelo fim porque há intervenções que se destroem a si próprias. O senhor estava a dizer que tínhamos que construir mas quando se fala em recuperar um dos maiores edifícios em ruínas da cidade e uma das manchas que mais se vê, aí já diz que

não é prioritário. O seu programa de candidatura à Câmara está ainda um pouco novelado mas tem ano e meio para resolver isso.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Senhor presidente da Câmara; espero que se tenha reencontrado nesta segunda ronda porque estava perdido, não respondeu sequer a uma das minhas questões e conheço-o há tempo suficiente para saber que nem sempre a cor da peúga coincide.

Em relação ao comentário da senhora vereadora Raquel, que não sabe com antecedência o que vai vestir, escuso-me a fazer comentários porque já fui aqui considerada menos bonita e só me falta ser considerada a mais mal vestida.

Os personagens que vão incorporar os cortejos não podem encomendar fora a quatro dias de antecedência, terão que comprar no mercado local e precisam de algum tempo para saberem que roupa vão vestir para poderem escolher os sapatos. Agradeço que sejam prestados esclarecimentos às questões que coloquei, o que aconteceu às costureiras de Angra e se é verdade que só hoje se vai fazer a primeira prova dos elementos do guarda-roupa do desfile.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Não exigimos a ninguém que comprasse sapatos e aconselhámos a usarem sapatos cómodos para que não fiquem muitas horas em cima dos carros com calçado desconfortável. Creio que a senhora deputada possui informações erradas porque as provas do guarda-roupa têm decorrido nas últimas três semanas, nem todos os vestidos estão a ser feitos fora e há muitas costureiras a trabalharem no nosso concelho. Teremos um desfile de grande envergadura, este ano há muitas marchas e as costureiras estão todas sobrecarregadas de trabalho.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Falou-se aqui em prioridades e gostaria de saber que acompanhamento a Câmara tem feito relativamente ao processo do antigo hospital de Angra do Heroísmo. Segundo notícias recentes, a maior praga ali existente são os pombos que têm provocado alguns problemas também ao nível dos funcionários do quadro clínico do Centro de Saúde situado ali ao pé.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos informasse se o proprietário tem planeada alguma solução para aquele imóvel ou se vamos continuar com aquele cenário que mais parece a entrada de qualquer cidade síria depois de um bombardeamento.

Não resisto em fazer também um comentário relativo às Sanjoaninas. Em tempos comprava-se tudo nas comunidades e o dinheiro não ficava na economia local. Agora não se compra nada nas comunidades mas este novo formato organizativo das festas tem deixado um pouco a desejar sob o ponto de vista económico relativamente ao que pode ser feito dentro do concelho de Angra.

A conceção artística dos desfiles foi entregue a alguém de fora do concelho e os principais palcos das festas ficaram a cargo de uma empresa com capitais maioritários na ilha de S. Miguel; assim, e do ponto de vista económico, as Sanjoaninas afastam-se do seu papel fundamental de apoio às empresas sediadas no concelho. Chegámos até ao ponto de termos uma rádio oficial das festas que não está sediada no concelho de Angra do Heroísmo, o que não faz qualquer sentido quando temos duas rádios cá licenciadas.

A afluência às festas tem sido fantástica, os voos e os hotéis têm estado cheios, vamos ter cá muita gente, a economia vai florir em termos de tasquinhas e comércio local e é pena que o maior investimento feito pela Câmara Municipal nas suas festas concelhias não reverta a favor das empresas, das costureiras e dos organizadores de eventos do concelho.

Sr. presidente da Câmara: – O objetivo económico transcende a aquisição de um ou dois vistos e tem essencialmente a ver com a dinamização do turismo e do comércio que está

claramente centrada na cidade de Angra. Tem vindo a ser feito um esforço por parte da Câmara no sentido das isenções de taxas e licenças para criar condições ainda mais favoráveis aos negócios e, tanto quanto sei, as pessoas do concelho de Angra envolvidas na confeção desse tipo de roupas têm excesso de trabalho.

As rádios oficiais das festas são as que o solicitaram; a Rádio Clube de Angra que está no secretariado e também a Rádio Horizonte. Quanto à rádio que viu a operar este fim de semana na Praça Velha, tem a ver com a promoção externa das Sanjoaninas no mercado de S. Miguel. Foram comprados uns tantos cartazes que dão direito à transmissão de um programa de rádio e o ano passado foram vendidos mais de 2 000 bilhetes na ligação S. Miguel/Terceira. É importante trazer gente de lá, razão pela qual se fez esse investimento. Todas as rádios que queiram trabalhar connosco serão consideradas e terão todas as facilidades para isso.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – O facto de a bancada da direita não considerar prioritária a construção do Centro Interpretativo demonstra alguma falta de coerência na defesa do património e de um espaço que será a sala de visitas desta cidade. Os que passearem por Angra terão um espaço que os acolha, lhes dê a conhecer melhor a nossa história e lhes proporcione informação adicional sobre cada local ou edifício visitado.

Os centros interpretativos existem noutras ilhas e valorizam-nas. Este edifício é lindíssimo, encontra-se totalmente degradado e há bastante tempo que carece de uma intervenção, por isso reforço a congratulação expressa a respeito da prioridade desta obra que vai valorizar toda a área de Angra do Heroísmo entre o jardim público e a Memória.

Surgiu-nos uma sugestão para a questão das pragas associadas aos lixos. Os contentores de plástico do centro da cidade poderiam ser retirados e substituídos por cilindros com as caixas do lixo soterradas, à semelhança do que acontece noutra cidade do arquipélago.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Pergunto à senhora deputada Isabel Berbereia se sabe quanto custou o projeto e quanto custará a manutenção anual do Centro Interpretativo.

Sr. d. m. Pedro Ferreira (para uma interpelação à Mesa): – O senhor presidente da Câmara não me respondeu à questão relativa ao hospital velho. Já agora, recorro à senhora deputada Isabel Berbereia que somos a favor do Centro Interpretativo.

O CDS-PP apresentou em tempos esta proposta por entender que uma cidade património mundial deve possuir um centro de interpretação no seu centro histórico mas pode e deve ser discutida a forma como a obra foi decidida. Finalmente, e se me permite, a direita aqui é o CDS.

Não se registando mais intervenções, a Informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada.

1.2 – Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo composto pelo Município de Angra do Heroísmo que compreende a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados, para apreciação e votação do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 75.º e do artigo 76.º da Lei das Finanças Locais e nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Isto acaba por ser o resultado do que esta Assembleia aprovou há relativamente pouco tempo. Somámos as três entidades em que a autarquia tem participação e confirma-se o que as partes já tinham dito porque temos uma situação financeira suficientemente adequada para podermos encarar o futuro sem grandes restrições. As contas

estão consolidadas e devidamente certificadas pelos respetivos revisores, os documentos estão aqui e pouco mais há a dizer.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Preferimos chegar ao fim do parágrafo e ler o saldo gerência de 2015 no valor de 5 068 185,34 €, do que ver números negativos. O dinheiro continua a acumular-se nas contas e Angra está estagnada à espera dos fundos comunitários, senhor presidente. Percebo que é melhor iniciar as obras com a certeza da chegada dos fundos mas talvez o senhor consiga de antemão junto dos seus contactos no atual governo, alguma previsão das candidaturas que virão a ser aprovadas para poder iniciar a execução, visto que a única exigência é que as obras não estejam concluídas no momento da apresentação da candidatura.

Pouco adianta que este dinheiro fique empatado a render juros que hoje em dia são o mesmo que nada e deveríamos começar a fazer obras emblemáticas, importantes, prioritárias e urgentes que este município e o concelho tanto precisam para que a cidade e as suas freguesias ganhem nova vida.

Sr. presidente da Câmara: – A senhora deputada tem toda a razão e é essa a intenção da Câmara. Tivemos que resolver algumas questões mas estamos em condições de lançar algumas grandes obras. As propostas serão analisadas na próxima semana e faremos rapidamente a adjudicação do edifício junto ao jardim.

Está a decorrer a obra de recuperação do edifício que foi adquirido pela Câmara situado por detrás da sede do PS e a obra de alargamento do jardim, ambas de alguma dimensão. A outra obra que tencionamos lançar de imediato será a consolidação do Fanal. O projeto está feito, há apenas que fazer uma verificação para não haver surpresas de natureza geológica. Se os resultados das perfurações forem os esperados, lançaremos a obra nas próximas semanas e todo este dinheiro ficará devidamente aplicado.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos informasse se o projeto de requalificação do Fanal culminará com uma intervenção no Clube Náutico porque a obra esteve orçamentada por diversas vezes. Toda aquela intervenção poderia culminar num edifício digno com uma vista maravilhosa ideal para o apoio à atividade náutica e à restauração.

Sr. presidente da Câmara: – Essa obra não está esquecida e faz parte de um conjunto de outras planeadas para aquele espaço. Está a ser elaborado um novo projeto aprovado no âmbito do PIRUS porque o projeto anterior custava vários milhões e era um pouco desconforme em relação ao que se considera uma boa gestão patrimonial daquela zona.

Este projeto, muito mais vasto, envolve uma componente que tem a ver com o arranjo da rua Conselheiro Silvestre Ribeiro por detrás do Clube Náutico, uma obra que está em curso com a substituição do asfalto existente por calçada e a colocação de um passeio pedonal de betão vermelho igual ao que já existe na beira-mar. Envolve ainda a construção de um parque de estacionamento, a rua de ligação ao tanque do azeite, uma passagem ao longo do castelo e a descida até ao Fanal onde será construído um parque de estacionamento na zona do forno da cal e um passadiço pedonal até perto da Silveira.

Todas estas obras estão prontas para concurso, ficando a faltar apenas a verificação da estabilidade da falésia na zona do Fanal. Trata-se de um investimento de cerca de 4 milhões de euros que visa ligar o castelinho à Silveira por um passeio pedonal e permite uma melhor ligação da cidade ao mar.

A obra do edifício da rua do Marquês não faz parte das obras prometidas no manifesto do Partido Socialista porque na altura não a considerámos de muita importância; contudo, e devido ao crescimento do turismo, fizemos a revisão dessa posição. É preciso eliminar aquele posto de turismo em contentor situado no Alto das Covas e criar um centro de visita adequado. Aquele espaço servirá para isso e resolve uma ruína no coração da cidade. O projeto havia sido

encomendado no executivo anterior e resolveu-se avançar com a obra por todas as razões já aqui expostas. Estas duas grandes obras esgotam o dinheiro que consta na transição de saldo.

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, a **Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria, com 26 votos a favor (21 do PS, 4 do PSD, 1 do d. m. independente) e 9 abstenções (5 do PSD, 4 do CDS-PP).***

1.3 – Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo no valor da despesa de 185 259,84 € para aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Esta revisão visa aplicar algum do dinheiro que não se encontrava inscrito no orçamento no reforço de dois projetos; um tem a ver com a construção de um reservatório na canada da Roseira na Ribeirinha para servir aquela freguesia, a Feteira, o Porto Judeu e S. Sebastião. É o reforço da interligação desta zona leste do concelho às nascentes do Cabrito para permitir uma maior eficiência na gestão e enviar água a partir dos furos situados na planície dos Cinco Picos para aqui e por essa via reduzir o risco de quebra no abastecimento. A obra é em tudo simétrica àquela que foi feita com a construção do reservatório na Terra Chã para a zona oeste do concelho, tencionamos acelerá-la e completar as questões orçamentais que faltavam.

A outra obra aqui incluída é um reforço na componente de aquisição do projeto de separação da rede de esgotos em Angra para eliminarmos as situações de bombagem do Pátio da Alfândega e enviarmos por gravidade diretamente para a ETAR o esgoto da parte alta de S. Bento, da ETAL do aterro, dos laticínios, do hospital e daquela zona alta de Santa Luzia. Pretende-se assim uma reconfiguração da rede no sentido de pouparmos energia na elevação de águas residuais.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a **Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016 dos Serviços Municipalizados constante do Ponto 1.3, foi aprovada por maioria com 26 votos a favor (21 do PS, 4 do PSD, 1 do d. m. independente) e 10 abstenções (6 do PSD, 4 do CDS-PP).***

1.4 – Alteração do Regulamento Municipal de Taxas. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles: – Boa tarde senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia.

Esta proposta visa reconhecer o trabalho realizado pelos bombeiros voluntários no nosso concelho e conceder algumas regalias a esses voluntários que prestam um importante serviço público. Prevê-se a isenção do pagamento das taxas municipais referentes a operações urbanísticas relacionadas com habitação própria e permanente dos bombeiros voluntários, a aplicação mensal da tarifa social do consumo de água para habitação própria e permanente e o acesso gratuito aos equipamentos desportivos municipais.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Entendemos meritório o apoio ao trabalho voluntário, em particular o dos bombeiros que salvam vidas, colocando a sua em risco; no entanto, temos aqui algumas questões técnicas. Em primeiro lugar, pergunto o que se vai votar porque o senhor vereador referiu a isenção das taxas municipais, a aplicação da tarifa social de consumo de água e o acesso gratuito aos equipamentos desportivos municipais mas, na parte da proposta, é esquecida a tarifa social de consumo de água. De qualquer modo, pergunto se há limites no

apoio ao consumo de água dentro do razoável ou se o bombeiro pode encher a piscina se a tiver.

Sr. presidente da Câmara: – A tarifa social já se encontra regulamentada.

Sr. vereador Guido Teles: – A isenção do pagamento de taxas e o acesso aos equipamentos desportivos são definidos pelo Regulamento Municipal de Taxas. A tarifa social de consumo de água é regulamentada através da alteração ao tarifário dos SMAH e não necessita de vir à Assembleia Municipal para aprovação.

*Posta à votação, depois de terminadas as intervenções, a **Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.***

1.5 – Pedido de autorização à Assembleia Municipal, tendo em vista a assunção de compromisso plurianual para aquisição de serviços de seguros no valor de 390 000,00 €, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara Municipal abriu recentemente concurso para aquisição de seguros para todo o grupo municipal por um triénio que ficou deserto por razões de preço e questões técnicas. Torna-se necessário reabrir esse concurso, razão pela qual se pede nova autorização à Assembleia Municipal. A despesa estimada ronda os 100 mil euros ao ano e está-se a pedir um valor um pouco acima. Esta é uma das recomendações que os auditores desde há décadas colocam na conta da Câmara de Angra com vista à aquisição de um seguro integrado para todo o grupo municipal.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Peço ao senhor presidente da Câmara que nos esclareça de que tipo de seguros se trata, como foi calculado o montante e o prazo de três anos. Da conferência que fiz dos papéis das anteriores sessões da Assembleia Municipal, quando se abriu o primeiro concurso, não veio a esta Assembleia o pedido de assunção de compromisso de serviços de seguros em regime plurianual.

Sr. presidente da Câmara: – O valor anteriormente estimado era inferior a 100 mil euros, razão pela qual era apenas comunicado a esta Assembleia, não carecendo da sua aprovação. Os seguros em causa são todos os que a Câmara utiliza desde os seguros de todos os seus trabalhadores, incluindo o pessoal dos programas ocupacionais, os seguros do património, das viaturas, das máquinas, de responsabilidade civil nas festas e outros eventos organizados pela Câmara, ou seja, uma carteira de seguros que cubra toda a atividade municipal.

A Câmara tinha seguros muito parcelares, alguns desde os anos 30 e era muito difícil fazer uma estimativa baseada nos valores que paga atualmente na casa dos 130 ou 140 mil euros. Foi feita uma estimativa baseada numa consulta a uma empresa da especialidade e chegou-se à conclusão que seria possível fazer alguma economia.

Na versão anterior concluímos que seria possível adquirir o serviço por menos de 100 mil euros mas o preço foi considerado baixo pelos potenciais concorrentes e ainda devido a outras questões relacionadas com as franquias e isenções que nenhuma das empresas considerou aceitáveis. Vamos lançar o novo concurso por três anos com essas alterações por ser esse o período normal de contratação de seguros. Como eventualmente excederemos os 100 mil euros, precisamos de uma autorização formal da Assembleia Municipal.

*Terminadas as intervenções e posto à votação, o **Pedido constante do Ponto 1.5 foi autorizado por maioria com 28 votos a favor (23 do PS, 4 do PSD, 1 do d. m. independente) e 10 abstenções (6 do PSD, 4 do CDS-PP).***

1.6 – Designação do júri do procedimento concursal destinado ao recrutamento do cargo de diretor delegado equiparado a cargo de direção intermédia de 2.º grau, previsto na

respetiva orgânica e correspondente mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o disposto no artigo 13.º, n.º 1 da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, com a seguinte constituição :

Presidente: **Raquel Gomes Caetano Ferreira.**
Vogais: **Paulo Alexandre Silva Lima.**
Ruben Filipe Fournier Costa Pereira.
Suplentes: **José Élio Valadão Ventura.**
Sandra Patrícia Vieira Costa.

Sr. presidente da Câmara: – A diretora delegada dos serviços foi transferida para a TERAMB e é necessário voltar a preencher o lugar.

A proposta foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD, 1 do d. m. independente) e 10 abstenções (6 do PSD, 4 do CDS-PP).

1.7 – Relatórios anuais de auditoria efetuados por Ana A. Santos, C. Sousa Góis Associado, SROC, ao Município de Angra do Heroísmo e aos Serviços Municipalizados, ambos relativos ao exercício de 2015. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Este relatório não aponta nada de extraordinário. Estamos a tentar corrigir algumas questões, entre elas a que diz respeito aos seguros.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Existem aqui duas recomendações; uma data de 2012, tem a ver com o manual de procedimentos de controlo interno, deveria ter sido objeto de revisão e atualização com periodicidade de dois anos mas esta sociedade indica que até ao momento não foi dado cumprimento a esta revisão.

Ressalvam ainda a falta de evidência de um estudo técnico prévio ou fundamentação económico-financeira do apuramento dos valores das taxas praticadas atualmente. Peço que me esclareça porque é que isto não foi disponibilizado à sociedade e como foram calculadas as taxas atualmente em vigor.

Há aqui chamadas de atenção aos Serviços Municipalizados. Os revisores de contas referem a existência de divergências, a impossibilidade de obtenção de um mapa de detalhe de dívidas a receber e a aferição da antiguidade dos montantes em dívida dos clientes, podendo refletir-se nos ativos e nos recebimentos com impactos nos resultados do exercício.

É importante saber quem e há quanto tempo nos deve para apurarmos a possibilidade de cobrança e obtermos as contas reais e efetivas dos Serviços Municipalizados. Este problema vem de anteriores relatórios, tem a ver também com a parte informática, julgámos que estaria resolvido mas, pelos vistos, não está. A outra situação tem a ver com a falta de comunicação à DGAL dentro do prazo dos saldos evidenciados na contabilidade patrimonial.

Sr. presidente da Câmara: – A recomendação mais forte e que mais nos interessa tem a ver com o funcionamento da contabilidade. Os SMAH estavam a utilizar um programa de contabilidade muito antigo que apresentava um conjunto de problemas e o ano passado foi feita a transição para um novo sistema contabilístico que dá resposta a uma série de situações.

Essa recomendação é o reflexo da conta do ano passado, já que os primeiros meses foram processados com o anterior sistema e a transição foi feita ao longo do ano como foi referido aqui na Assembleia, o que originou questões de duplas cobranças e outros problemas entretanto já resolvidos. O relatório não foi enviado para a DGAL na data certa por esquecimento de alguém que já procedeu ao seu envio e a questão está resolvida.

No que respeita à Câmara Municipal, a referência tem a ver com as taxas da área do urbanismo que foram aprovadas com base no relatório feito no anterior mandato por uma empresa que havia sido contratada para elaborar o novo regulamento municipal. O trabalho foi feito em 2011, os auditores consideram que deveria ter sido atualizado mas não é esse o nosso entendimento.

Mesmo que a Câmara esteja a cobrar as taxas um pouco abaixo do que deveria, não é razoável qualquer atualização dada a situação económica atual; é preferível cobrarmos um pouco abaixo porque, felizmente, as finanças do município aguentam essa situação.

Há uma recomendação da ERSARA (Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos dos Açores) que se aplica aos preços dos Serviços Municipalizados, também fortemente desvalorizados desde 2010 ou 2011 e deveriam ser atualizados, mas consideramos não ser a altura certa para o fazer.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos relatórios constantes do Ponto 1.7.

1.8 – Plano de Atividades e Orçamento para 2016 da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

1.9 – Relatório de Gestão e Contas de 2015 da TERAMB, EM. Para fiscalização do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Apresentarei os dos Pontos 1.8 e 1.9. em conjunto. Começando do fim, a exploração da TERAMB no ano 2015 correu manifestamente bem e fechámos o ano praticamente a zero como é o objetivo final daquela empresa.

O Plano e Orçamento para 2016 apresenta manifestas incertezas porque não há experiência do funcionamento da incineradora que tem em si o maior peso do ponto de vista da receita e da despesa de toda a empresa. O orçamento é aprovado com a expectativa de que as coisas corram bem e só com o passar de um par de anos de funcionamento é que teremos dados suficientes para a elaboração de orçamentos com maior solidez.

Sra. d. m. Rita Andrade: – No final da segunda página do relatório do Plano de Atividades e Orçamento da TERAMB de 2016, no ponto 4, (caracterização dos projetos e atividade da empresa), é referido o seguinte: «*Considerando o mútuo interesse entre os dois municípios e a TERAMB, o desenvolvimento e cooperação na operação do aterro municipal da ilha Terceira foi...*» Vira-se a página e... «*abaixo apresenta-se a proposta de tarifário*». Corrijam-me se estiver errada mas devem faltar aqui algumas páginas. Solicito que me façam chegar o documento completo porque acredito haver alguma justificação para a proposta de tarifário.

Sr. presidente da Câmara: – Este ano não houve alteração da proposta de tarifário. Decidiu-se em 2012 que aumentaria 5 euros por ano e está-se a cumprir o que foi deliberado. Aumenta todos os anos até que convirja e todos fiquem com o mesmo preço.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Há uma incongruência nos dois documentos relativamente aos funcionários dos SMAH que passam para a TERAMB. Este documento de 2016 menciona seis funcionários e o de 2015 refere cinco.

Sr. presidente da Câmara: – A Maria do Anjo, a diretora delegada dos SMAH transitou também.

Sra. d. m. Rita Andrade: – A ata nº 26 diz: «*A estrutura aprovada do orçamento para 2016 considera o resultado antes do imposto*.» Não deveria ser considerado o resultado líquido do exercício, ou seja, 62 530,00 € negativos e não, os 14 970,00 € que é o valor que está proposto

para transitar? Se me diz que é usual aprovar o resultado antes dos impostos, os 62 530,00 € negativos, há um erro na ata.

O senhor presidente já esclareceu o meu colega Luís Rendeiro que a TERAMB não foi criada para dar lucro mas também não queremos que dê prejuízo. Não entendo muito bem como foram calculadas as receitas previsionais e preocupa-nos que uma empresa arranque com um resultado líquido negativo de mais de 62 mil euros com as receitas empoladas no primeiro ano de atividade, o que poderá indiciar um resultado ainda pior.

Sr. presidente da Câmara: – Estamos numa situação experimental. As receitas foram calculadas com base nas vendas previstas de energia elétrica à rede, que é a maior receita, e no volume de materiais que entra no aterro e paga 25 euros por tonelada mas subsistem grandes dúvidas a respeito do valor final das vendas de eletricidade dados os problemas das deslustragens e das dificuldades de gestão da rede.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Pontos 1.8 e 1.9.

Sr. presidente da Câmara: – Com a permissão do senhor presidente da Mesa, farei a apresentação das três medalhas da competência municipal.

Dos três trabalhadores do município a serem distinguidos, dois são da Câmara e um dos SMAH. Tentou-se distinguir trabalhadores que tivessem dado à Câmara um contributo longo e útil e as três pessoas selecionadas foram a D. Maria Marta Vieira Parreira Silva, que tem feito um excelente trabalho nas casas de banho junto ao jardim, o senhor Francisco Martinho Borges da Silva, encarregado dos calceteiros e o senhor Fernando Manuel Ourique de Sousa que faz a limpeza da rua da Sé e da Praça Velha já vai para 40 anos e que costumam ver com uma pinça a apanhar as beatas da calçada.

1.10 – Atribuição de Medalha de bons serviços municipais, classe municipal prateada a Maria Marta Vieira Parreira Silva. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.11 – Atribuição de Medalha de bons serviços municipais, classe municipal dourada a Francisco Martinho Borges da Silva. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.12 – Atribuição de Medalha de bons serviços municipais, classe municipal dourada a Fernando Manuel Ourique de Sousa. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Estive a ler as propostas seguintes e não resisti à tentação de analisar os textos sob o ponto de vista formal. Algumas estão redigidas num português correto e «*nihil obstat*», ou seja, está tudo bem à partida, mas outras estão mal pontuadas, desequilibradas, contêm erros ortográficos e imprecisões e não respeitam a reforma do acordo ortográfico. Dá a ideia que isto foi redigido por pessoas com perfis completamente diferentes. O professor Álamo de Meneses, sendo professor catedrático da universidade, deve ter assinado de cruz porque não subscreveria estas propostas da forma como foram elaboradas.

Sr. presidente da Câmara: – Não tenho o poder de alterar as propostas de outros.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Mas ao assinar, subscreve.

Sr. presidente da Câmara: – É uma questão de redação. Depois de aprovados os votos, alguém poderá proceder à correção juntamente com o senhor presidente da Mesa porque o documento sairá daqui com a chancela da Assembleia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para uma interpelação à Mesa): – Estes cuidados com a redação devem ser prévios porque há aqui textos com gralhas graves e algumas inverdades. Não vamos votar algo feito em cima do joelho sabe-se lá como e por quem, que não dignifica nem honra os homenageados. Espero que haja mais cuidado para a próxima edição dos prémios Câmara Municipal de Angra 2017 e não se repitam estas gralhas no fim do mandato.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Para que fiquem com uma ideia, põem o desgraçado do professor Germano Domingos a licenciar-se em medicina na universidade dos Açores em 1967. Senhor presidente, ouça este parágrafo: «*Quando as corridas à corda passaram a iniciar às 18H30, passou a acompanhar uma tourada por dia, passando a fazer uma trabalho de registo.*» Isto é deselegante e não está correto. Para dignificação dos homenageados e da instituição que os propõe, deveriam ter mais cuidado na elaboração dos textos para que chegassem impecáveis à Assembleia.

Há aqui muitos, muitos erros. Num texto do Alpendre identificaram como doutora a minha ilustre colega Luísa Ávila, já falecida; independentemente do seu grau académico era uma grande professora mas não era licenciada.

O senhor presidente da Assembleia não deve andar aqui a fazer trabalho de professor primário. Do meu ponto de vista, estas propostas devem voltar à Câmara para serem devidamente corrigidas e posteriormente aprovadas na Assembleia.

Sr. presidente da Mesa: – Poderia assumir alguma responsabilidade por não ter lido os textos mas há duas questões que me parecem incontornáveis. Em primeiro lugar, estes nomes foram tornados públicos e a sessão pública para a atribuição das medalhas será daqui a dias. Para tentarmos remediar o mal feito, depois da votação poderemos fazer as devidas correções às propostas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não vamos criar uma situação política incontornável à volta destes textos mas isto é grave e revela a forma como a Mesa e a Câmara tratam este assunto. Ninguém leu o que assinou, as propostas vieram à Assembleia para aprovação nestas condições e isto desonra estas instituições. A chamada de atenção aqui feita pelo grupo municipal do PSD é devida à forma como isto foi tratado sem qualquer dignidade e os responsáveis não podem assinar sem ler.

Sr. presidente da Câmara: – Como a minha assinatura está no fim da página, assumo a responsabilidade pelos textos mas também não é preciso transformarmos uma pequena coisa numa grande tempestade. Os textos foram solicitados a quem conhecia os homenageados, entregues e redigidos por pessoas diferentes com proveniências completamente distintas e alguns foram entregues por outros grupos políticos.

Quem assina tem o direito de mudar e eu poderia tê-lo feito mas não o fiz. Este maço de papéis foi-me colocado em cima da mesa e confesso não ter tido tempo para uma análise caso a caso. Por outro lado é sempre complicado mexermos no texto de outrem, a não ser por razões ponderosas.

Nada disto retira o sentido ou o devido respeito às pessoas porque o texto é apenas um instrumento e desde já me ofereço para polir devidamente as questões de redação em conjunto com o senhor presidente da Assembleia.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Percebo que o senhor presidente da Câmara tenha recebido todos estes documentos de uma só vez mas a falta de cuidado é transversal. O voto de louvor à universidade que o senhor bem conhece - e espero que não tenha ficado indigitado de

o escrever - além de mal escrito, contém imprecisões: «*A universidade passa a estar submissa ao governo da república ou ao governo regional.*» No mínimo, deveria referir «sob a tutela». «*O instituto universitário é rebatizado de universidade.*» Tratando-se de um voto de louvor, o correto seria: «...adquiriu o estatuto de universidade.»

Há mais erros grosseiros como: «*As novas instalações são um edifício interdepartamental com gabinetes, laboratórios e serviços administrativos.*» Isto não corresponde à realidade e demonstra uma falta de cuidado e rigor inadmissíveis.

Sr. presidente da Mesa: – A proposta que está em cima da mesa é que os textos sejam revistos por mim e pelo senhor presidente da Câmara antes de seguirem para qualquer instância.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Tenho uma dúvida quanto à atribuição da medalha de mérito filantrópico à Base Aérea Nº 4. Não deveria ser atribuído à Força Aérea Portuguesa? Discutimos isto em sede de reunião preparatória. A base aérea é o espaço físico e a Força Aérea é quem presta os serviços à população referidos no voto.

Sr. d. m. Vasco capaz: – A base aérea não é um espaço físico; é uma unidade militar.

Sr. presidente da Câmara: – A Força Aérea não existia há 75 anos. Estamos a falar de uma antiga unidade militar do Exército, a Aeronáutica Militar, que apenas se tornou num ramo independente das Forças Armadas em 1952.

Sr. presidente da Mesa: – Gostaria de lembrar que todos os senhores deputados têm alguma responsabilidade sobre isto porque poderiam ter chamado a atenção quando receberam os textos e seria impossível ao presidente da Assembleia a verificação de todos os documentos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Se os tivéssemos recebido antes da conferência de líderes.

Sr. presidente da Mesa: – Decorreram alguns dias entre a conferência de líderes e esta sessão da Assembleia. Sou o maior responsável dos membros da Assembleia mas a responsabilidade é de todos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa interpelação à Mesa): – Este é um órgão político que também faz um tratamento político das questões e do cuidado como são apresentadas. Não compete aos deputados municipais a correção do trabalho mal feito pela Câmara.

Lembro a afirmação do senhor vice-presidente da Câmara numa rede social a respeito das placas toponímicas, dizendo que, quem não concordasse com a sua tradução, se oferecesse para fazer melhor. Não devemos corrigir o português do que provém da Câmara ou das pessoas com quem a Câmara se aconselhou e elaborou as propostas.

Sr. d. m. João Santos: – Como forma de ultrapassarmos a situação, proponho que passemos à votação e amanhã ou depois se organize um pequeno grupo com um representante de cada grupo municipal para a correção dos textos das propostas. Outra sugestão seria a correção dos textos por parte da Câmara Municipal para posterior revisão dos líderes dos grupos parlamentares.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Com a minha intervenção não pretendi servir de empata. Já fui administrativo e lia os documentos que me apresentavam porque sou picuinhas mas quando alguém coloca um documento na frente de um dirigente com as responsabilidades do professor Álamo, ele parte do pressuposto que esse alguém sabia o que estava a fazer.

É quase uma traição apresentar a um gestor, a um diretor de serviços ou a um presidente de Câmara um documento mal redigido porque o homem teria que passar o dia todo e a noite a ler tudo o que lhe aparecesse. Quando lhe colocarem um documento na frente o senhor tem que ter a plena confiança de que o mesmo está bem redigido para que não suscite reparos desnecessários que em nada dignificam a Câmara ou a Assembleia.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Acabei de ler a papelada toda ontem às 2 horas da manhã e disponibilizo-me para informar a Mesa dos erros que identifiquei.

1.13 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Manuel Ataíde Espínola Bettencourt. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.14 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Jorge Manuel Martins Ormonde. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.15 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Manuel Henrique Assis Ferreira. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.16 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Gualter da Silva Carvalho. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

A deputada municipal Elsa Costa ausentou-se da sessão no momento da votação deste Ponto, por se encontrar impedida nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.17 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Jorge Eduardo Silva a título póstumo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.18 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico à Base Aérea n.º 4. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.19 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a José Henrique Toste Pimpão. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.20 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Nellie Leal Pedro. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.21 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Norberto Ávila. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.22 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural à Tertúlia Tauromáquica Terceirense. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.23 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a Francisco Dolores Monteiro Borges de Medeiros. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.24 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a Álvaro Graco da Cunha Gregório. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.25 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a José Germano Rego de Sousa. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.26 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Desportivo a Maria Manuela Picoto Rosário Capinha Duarte, a título póstumo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.27 – Voto de Louvor ao Clube de Karaté Do Shotokan de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.28 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Comercial e Industrial a Armazéns Zeferino. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.29 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Comercial e Industrial a Basílio Simões & Irmãos, Lda. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.30 – Atribuição de Medalha de Honra do Município à Santa Casa da Misericórdia da Vila de São Sebastião. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.31 – Voto de Louvor à Universidade dos Açores. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.32 – Voto de Louvor à Associação Agrícola da Ilha Terceira. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.33 – Voto de Louvor ao Alpendre Grupo de Teatro. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.34 – Voto de Louvor ao Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

1.35 – Voto de Louvor à Tuna Académica «Sons do Mar» da Universidade dos Açores. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Aprovado por unanimidade.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 – Voto de Louvor ao Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo pelos resultados obtidos nas modalidades de Futsal e Dança Desportiva na época 2015/2016. Para aprovação.

Não se registaram quaisquer intervenções. O Voto de Louvor constante do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade.

2.2 – Voto de Congratulação ao Marítimos de São Mateus Sport Clube pela vitória alcançada como Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo na época desportiva 2015/2016 e sua subida à Liga MEO.

Não se registaram quaisquer intervenções. O Voto de Congratulação constante do Ponto 2.2 foi aprovado por unanimidade.

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h50m do dia 13 de junho de 2016, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz